

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE MIRACEMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**LUCIJANE FERREIRA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO UM DIREITO DA CRIANÇA NA INFÂNCIA:  
AVANÇOS E RETROCESSOS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA – TO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

**2018**

LUCIJANE FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO UM DIREITO DA CRIANÇA NA INFÂNCIA:  
AVANÇOS E RETROCESSOS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA – TO

Monografia apresentada como parte das exigências para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Tocantins, *Câmpus* de Miracema, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Layanna Giordana Bernardo Lima.

**MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

**2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586e Silva, Lucijane Ferreira da.  
Educação infantil no campo um direito da criança na infância:  
avanços e retrocessos no município de Miracema – TO . / Lucijane  
Ferreira da Silva. – Miracema, TO, 2018.  
62 f.  
  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2018.  
Orientador: Layanna Giordana Bernardo Lima  
  
1. Educação infantil. 2. Educação no campo. 3. Projeto político  
pedagógico. 4. Infância. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

LUCIJANE FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO UM DIREITO DA CRIANÇA NA INFÂNCIA:  
AVANÇOS E RETROCESSOS NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA

Monografia foi avaliada e apresentada à  
UFT – Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus de Miracema, Curso de  
Pedagogia, para obtenção do título de  
Licenciado e aprovada em sua forma final  
pela Orientadora e pela Banca  
Examinadora.

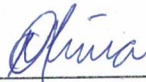
Data de Aprovação 10/12/ 2018.

Banca Examinadora:



---

Profª. Drª. Layanna Giordana Bernardo Lima, Orientadora, UFT



---

Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira, Examinador, UFT



---

Profª. Drª. Cleivane Peres dos Reis, Examinadora, UFT

Dedico esta monografia ao meu esposo Dário de Sousa Pinto, aos meus filhos Edme Junior Pires da Silva, Jonas Marcelo Pires da Silva, Geovane Ferreira Barbos e Leticia Davila Ferreira Pinto. Aos meus pais Luiz Barros da Silva e Joana Ferreira da Silva, a minha tia Ester Ferreira Rodrigues e a todos os meus familiares que me ofereceram o apoio para que eu conquistasse a graduação em Pedagogia.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional.

Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar. A minha orientadora pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho.

Enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que me deu Forças para chegar até aqui.

A todos os meus familiares e amigos e aos meus professores que contribuíram para a minha formação.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Layanna Giordana Bernardo Lima, por estar disposta a me ajudar sempre com suas orientações e observações pertinentes que contribuíram para a finalização deste trabalho. Agradeço, aos meus colegas pelas palavras amigas nas horas difíceis, pelo auxílio nos trabalhos e dificuldades e principalmente por estarem comigo nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável.

Meu muito obrigada a todos!

Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, obviamente não em nome da permanência nem redução destas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida pautada na ética da valorização humana e respeito á diferença. (MEC, 2004).

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender a realidade vivenciada por alunos da Educação infantil da escola do campo no Assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins. Utilizou-se como metodologia num primeiro momento, a pesquisa em referencial teórico, onde buscou-se teóricos como: Miguel G. Arroyo (2011); Beatriz de Oliveira Abuchaim (2018); Fabiane Vanessa Breitenbach (2011) Roseli Salette Caldart (2012); Sônia Kramer (2003); Ana Paula Soares da Silva (2010) dentre outros que foram bastante importantes para embasar a preparação desse trabalho de conclusão de curso. Pesquisou-se livros, leis, decretos, artigos das áreas de: Educação Infantil, Educação do Campo, Formação de Professores, Pesquisa Científica, teóricos que pudessem fornecer maior embasamento sobre o tema a ser desenvolvido, bem como fez-se uma pesquisa documental tomando como referência o PPP da escola e uma pesquisa de campo, com o uso de entrevistas as mães de crianças da educação infantil. O desdobramento da pesquisa possibilitou conhecer o perfil dos alunos do assentamento Brejinho, a proposta pedagógica para a educação no campo e por fim a organização do projeto político e pedagógico da escola. Conclui-se que para pensar em educação do campo torna-se fundamental conhecer e entender a realidade vivenciada no fazer e no ser, integrando saberes e formando sujeitos participativos capazes de construir sua história. Logo, existe uma necessidade de construção do projeto educativo da escola de forma coletiva, contextualizada e significativa, discutindo e construindo um currículo que atenda às demandas do presente e do futuro. A presente realidade demonstrou que existem dificuldades estruturais e pedagógicas que distancia a educação do campo do município de ser e ter uma proposta de educação do e no campo.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Educação no Campo; Projeto Político Pedagógico.



## ABSTRACT

The objective of this work was to understand the reality experienced by children's education students from the rural school in the Brejinho settlement in Miracema do Tocantins. The methodology was first used, the research in theoretical reference, where the theorists as: Miguel G. Arroyo (2011); Beatriz de Oliveira Abuchaim (2018); Fabiane Vanessa Breitenbach (2011) Roseli Salete Caldart (2012); Sônia Kramer (2003); Ana Paula Soares da Silva (2010), among others that were very important to support the preparation of this course completion work. Research was done on books, laws, decrees, articles in the areas of: Early Childhood Education, Field Education, Teacher Training, Scientific Research, theorists who could provide more background on the topic to be developed, as well as as a reference the PPP of the school and a field research, with the use of interviews the mothers of children of early childhood education. The development of the research made it possible to know the profile of the students of the Brejinho settlement, the pedagogical proposal for education in the field and finally the organization of the school's political and pedagogical project. It is concluded that to think about education in the field it becomes fundamental to know and understand the reality experienced in doing and being, integrating knowledge and forming participatory subjects capable of constructing their history. Therefore, there is a need to build the educational project of the school in a collective, contextualized and meaningful way, discussing and building a curriculum that meets the demands of the present and the future. The present reality has shown that there are structural and pedagogical difficulties that distance education from the countryside of the municipality to be and have a proposal of education of and in the field.

**Keywords:** Infant Education; Education in the Field; Political Pedagogical Project.

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1 – RESULTADOS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO EM 2015.....	39
TABELA 2 – RESULTADOS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO EM 2016.....	39
TABELA 3 – RESULTADOS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO EM 2017.....	40
FIGURA 1- ESCOLA MUL. DO CAMPO BOANERGES MOREIRA DE PAULA.....	42
FIGURA 2 -SALA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO .....	44
FIGURA 3-SALA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO .....	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....</b>	<b>14</b>
<b>3 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL .....</b>	<b>18</b>
<b>4 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO.....</b>	<b>26</b>
<b>5 EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MIRACEMA .....</b>	<b>31</b>
<b>5.1 Proposta pedagógica de educação do campo .....</b>	<b>32</b>
5.1.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula .....	34
<b>6 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>41</b>
<b>7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>42</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A criança é um ser em desenvolvimento intelectual e cognitivo, protegida pelo direito à vida, moradia, saúde, educação e lazer. Assim, a criança está em processo de crescimento e formação da sua identidade social, e necessita que seus direitos sejam reconhecidos e garantidos pelo Estado. No Estatuto da Criança e do Adolescente no art 53 e 54 estão garantidos os direitos à educação gratuita e de qualidade,

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016). (BRASIL, 2016)

A educação escolar consiste em uma estratégia de suma importância nesse percurso, pois além de propiciar conhecimentos, possibilita a socialização da criança e o compartilhamento de experiências, afetos e emoções, influenciando positivamente no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

No contexto político da educação diversos movimentos e organizações sociais, ONGs, Universidades e instituições públicas travam lutas para efetivar principalmente o direito de ter uma educação de qualidade desde a infância para todos os cidadãos brasileiros. Isso consiste no reconhecimento da educação como um elemento essencial e indispensável à formação integral das crianças.

Desse modo, partindo do entendimento que a educação se configura como um direito de todos e dever do Estado em desenvolver políticas educacionais para efetivar tal direito, durante o período do estágio fui instigada a conhecer sobre a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes que moram na zona rural de

modo a desvelar a proposta pedagógica da educação infantil no campo e os seus principais desafios.

Nesse sentido, pensar em educação do campo torna-se fundamental conhecer e entender a realidade vivenciada no fazer e no ser, integrando saberes e formando sujeitos participativos capazes de construir sua história. Logo, há necessidade de construção do projeto educativo da escola de forma coletiva, contextualizada e significativa, discutindo e construindo um currículo que atenda às demandas do presente e do futuro.

Assim, este estudo teve como discussão central a Educação infantil no campo tendo por objetivo compreender acerca da realidade vivenciada por alunos da escola do campo no assentamento Brejinho no município de Miracema do Tocantins.

O texto está dividido em quatro capítulos trazendo discussões sobre a educação infantil no campo no Brasil. O primeiro está voltado para a contextualização da educação infantil no Brasil apontando os principais marcos e conquistas. O segundo capítulo traz discussões sobre a educação no campo, as promulgações das legislações voltadas para este fim.

O terceiro capítulo, já retrata as discussões sobre a educação no campo. E por fim, o último capítulo evidencia os resultados obtidos com a pesquisa de campo na escola do campo do assentamento Brejinho desde sua proposta pedagógica como os resultados e discussões.

Desta forma, os procedimentos metodológicos que foram adotados envolveram a pesquisa bibliográfica, onde houve a possibilidade de efetuar estudos que aprofundassem e auxiliassem na melhor compreensão do universo da Educação Infantil do Campo e seus processos educativos. De acordo com SEVERINO (2002),

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data e etc. Dessa técnica resultam repertórios, boletins, catálogos bibliográficos. E é a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema do trabalho. Fala-se de bibliografia especial porque a escolha das obras deve ser criteriosa, restando apenas aquelas que interessem especificamente ao assunto tratado. (SEVERINO, 2002, pág. 77).

Portanto para que pudesse desenvolver de forma significativa esta monografia, houve a necessidade de realizar leituras de autores que discutem o tema em questão, fazendo a utilização da pesquisa bibliográfica tendo como finalidade de maior aprofundamento sobre a Educação Infantil no campo um direito da criança na infância: avanços e retrocessos no município de Miracema.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Para que possamos compreender melhor sobre os avanços que aconteceram na Educação Infantil do Campo desde o princípio, iniciaremos falando um pouco sobre o atendimento infantil no Brasil e suas conquistas afim de explanar de forma clara acerca desse processo.

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas é oriunda de mudanças sociais e econômicas causadas pela revolução industrial no mundo. A conquista da mulher em ser inserida no mercado de trabalho atrelado a pressão dos trabalhadores urbanos que viam nas creches um direito para que seus filhos tivessem melhores condições de vida deu-se início ao atendimento da educação infantil (termo atual referente ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos) no Brasil.

Conforme, Nascimento (2015) os primeiros indícios acerca da creche no Brasil surgiram em 1879:

“[...] em um artigo de jornal do Rio de Janeiro, intitulado A Creche (asilo para a primeira infância). Diferente do caso europeu onde a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino, aqui a creche é apresentada como a nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças filhos de escravos. Somente a partir do período republicano, quando as fábricas e indústrias ganharam maior impulso, outras instituições foram sendo inauguradas para atender as crianças filhos de trabalhadores e operários, sendo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal precursores nessa proposta (NASCIMENTO, 2005, p.05):

Assim até 1920 as instituições tinham um caráter exclusivamente filantrópico e caracterizado por seu difícil acesso oriundo do período colonial e imperialista da história do Brasil. A partir desta data, deu início a uma nova configuração que [...] passava-se a defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais (KRAMER, 1995, pág. 55).

Ainda conforme Nascimento (2005), desde o final do referido ano, em São Paulo, “[...] a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para crianças” (KUHLMANN JR. 2000, pág. 8). Assim, algumas empresas que executavam essa ação com o berçário, passaram a ocupar-

se da instalação de creches para os filhos dos pobres, enquanto para as crianças da elite era reservado “[...] o Jardim de Infância com a proposta de uma educação racional e compatível com o progresso científico” (NASCIMENTO, 2015, p.06). Isso “[...] servia como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com asilos e creches para os pobres”. Kuhlmann Jr. (2010, p. 81).

Na década de 1930, o Estado assumiu o papel de buscar incentivo, financiamento, de órgãos privados, que viriam a colaborar com a proteção da infância. Nesta década passou-se a preocupar-se com a educação física e higiene das crianças como fator de desenvolvimento das mesmas, tendo como principal objetivo o combate à mortalidade infantil. Nesta época iniciou-se a organização de creches, jardins de infância e pré-escolas de maneira desordenada e sempre numa perspectiva emergencial, como se os problemas infantis criados pela sociedade, pudessem ser resolvidos por essas instituições.

No ano 1940 foi criado o Departamento Nacional da Criança administrado pelo Ministério da Saúde tendo por objetivo ordenar atividades dirigidas à infância, maternidade e adolescência. Em 1960, o Departamento Nacional da Criança teve um enfraquecimento e acabou transferindo algumas de suas responsabilidades para outros setores, mas prevalecendo o caráter médico-assistencialista e focando suas ações em reduzir a mortalidade materna infantil.

Contudo em 1970 teve a promulgação da Lei nº 5.692/71 que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau à escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. Assim como, é sugerido que as empresas particulares, as quais têm mulheres com filhos menores de sete anos, ofertem atendimento (educacional) a estas crianças, podendo ser auxiliadas pelo poder público. Tal lei recebeu inúmeras críticas quanto sua superficialidade e a dificuldade de sua execução, pois não havia um programa mais específico para estimular as empresas a criar as pré-escolas.

Alguns anos depois, a política brasileira de educação pré-escolar assumiu uma perspectiva de tendência compensatória como um antídoto para privatização cultural oriundo do pensamento de Pestalozzi e Froebel e mais tarde expandido por Montessori ao encarar a pré-escola como uma forma de superar a miséria, a pobreza e negligência das famílias.



Assim em 1980, o Brasil perpassou por um momento de debate sobre a função das “[...] creches para a sociedade moderna, e a partir deste momento passaram a ser vistas e reivindicadas como sendo um lugar de educação e cuidado para todas as crianças de zero a seis anos” (WAJSKOP; ABRAMOWICZ, 1999, p. 10). A luta foi intensa até chegarmos ao artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o qual determina a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família prover o pleno desenvolvimento da pessoa e exercício da cidadania. No que se refere a creche, ficou estabelecido no artigo 208, alínea IV o reconhecimento como instituição educacional e não mais assistencialista.

A constituição brasileira de 1988 foi um grande marco político sobre a determinação dos direitos sociais para a sociedade, e no que tange a educação estabeleceu como direito de todos e dever do Estado e sociedade propiciar um ensino de qualidade respeitando as singularidades e especificidades culturais de cada região brasileira.

Outro aspecto que precisa ser elencado acerca da Constituição Federal do Brasil de 1988, foi seu marco histórico e decisivo na afirmação dos direitos da criança no país, pois foi através de sua promulgação que a criança passou a ser vista como um sujeito de direitos (LEITE FILHO, 2001). Portanto o Estado deve criar mecanismos para garantir e efetivar os direitos aos mesmos assegurando todas as facilidades e oportunidades para o pleno desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais, moral e social.

A partir dessa determinação, a Educação Infantil passou a ser concebida como direito e como campo de investigação, embora esse assunto seja palco de debates em longas datas e que tenha se tornado, nos últimos anos, uma grande preocupação de pais, governos, educadores, comunidades e estudiosos no assunto.

Tendo em vista essa pequena retrospectiva histórica, verifica-se que a Educação Infantil surgiu tendo um caráter de assistência a saúde e preservação da vida não sendo relacionado com o fator educativo. Conforme Souza (1986), a pré-escola surgiu no espaço urbano e típica sociedade industrial sem fins educacionais, mas com um caráter assistencialista diferente da educação infantil presente em todos os sistemas e períodos educacionais.

De acordo com Abuchaim (2018),

Como parte constituinte do marco legal da educação brasileira, há o PNE (2014-2024), aprovado pelo Congresso Nacional. A Emenda Constitucional

nº 59/2009 transformou o PNE em uma exigência constitucional, a ser construído a cada dez anos, de maneira a torná-lo base para os planos estaduais, distrital e municipais. É uma forma de estimular a colaboração entre os entes federados, que podem atuar de forma articulada em prol das metas do Plano. O cumprimento do PNE busca garantir a constituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), vinculando suas ações ao percentual do Produto Interno Bruto (PIB) a ser investido na educação. (ABUCHAIM, 2018, pág. 18).

Ainda de acordo com Abuchaim (2018), as metas do PNE que incluem a educação infantil, direta ou indiretamente, são:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. (ABUCHAIM, 2018, pág. 18).

É necessário ressaltar que a aprendizagem da criança, por intermédio dos espaços de trabalho pedagógico da educação infantil é necessário para a socialização da criança e desenvolvimento emocional e intelectual, pois a mesma aperfeiçoa seu desempenho escolar e propicia construir caminhos ao longo de sua vida estudantil visando buscar condições de vida melhores. Nesse tocante, e buscando dar continuidade à discussão proposta para este trabalho, a seguir será abordado sobre a educação no campo elencando como funciona e as legislações que servem de amparo para esse espaço educacional.

### 3 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A educação do campo no Brasil, no processo de sua institucionalização e discussão e aprovação sempre enfrentou desafios, e no contexto atual político visualiza-se momentos difíceis. A população do campo sempre sofreu com o descaso e abandono por parte do Estado brasileiro no que se refere à construção de planos educacionais que fossem condizentes com sua realidade.

A ausência de políticas educacionais direcionadas ao campo enfatiza uma educação desigual para com a população do campo, que tem com a sua permanência no campo, para o trabalho com a terra, as dificuldades no acesso a uma educação de qualidade no campo, e que destaque as temáticas relacionadas a vivência e saberes do campo para suas crianças e jovens. Ao tratar da educação do campo Caldart define que a,

Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 260).

Entretanto ao buscarmos ao longo da história referente a educação no campo, iremos nos deparar com o descaso por um sistema educacional que vincule questões inerentes a realidade da população da rural. Para tanto, foi buscado fatos históricos que demarcam a luta da população do campo em ter acesso a educação visando melhores condições de vida.

No nosso país desde o período da colônia os sistemas educacionais destinados as pessoas que exerciam as atividades agrícolas não era considerado prioridades, com isso os escravos e os colonos imigrantes não tinham acesso a educação, pois na época fomentava o discurso que não havia necessidade de ler e escrever para trabalhar com a terra. Assim, as escolas brasileiras eram destinadas a elite, não sendo acessível para a população que viviam na zona rural (SILVA, 2004).

Em meados da década de 1930, a educação passou a ter um foco maior devido ao manifesto escolanovista em 1932 e como o avanço da urbanização e industrialização do país. Com isso, segundo Ghiraldelli (2006), os camponeses

começaram a idealizar o êxodo rural dos seus filhos através da educação gerada pelas mudanças societárias evitando assim que seus descendentes exercessem serviço braçal assim como eles. Ou seja, a migração do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

Embora a população rural fosse maior que a urbana, o Estado não desempenhava nenhum esforço em ofertar políticas educacionais voltadas para esse grupo com base em sua singularidade e modo de vida, como mostra a primeira lei que tratava sobre a educação no Brasil de modo geral que foi a Constituição Federal do Brasil de 1934. Na referida legislação a única citação a educação no campo foi o art. nº156 no seu parágrafo único dispondo que “Para a realização do ensino na zona rural, a união reservara no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual.” (BRASIL, 1934, p. 01). Anos depois, foi sancionada a Constituição Federal do Brasil de 1937, no entanto não teve alteração quanto às políticas educacionais voltadas para o campo.

Conforme Silva (2004, p.64), a escola foi institucionalizada no campo após a década de 30, no entanto não considerou “[...] a população a quem se destinava, o contexto onde estava situada, as relações sociais, produtivas e culturais e a necessidade de formação sócio-profissional desse povo”.

No entanto Queiroz (2011) salienta que:

Se por um lado a história da educação rural no Brasil foi de negação deste direito aos agricultores, por parte das ações e das políticas governamentais, constata-se, sobretudo nas três últimas décadas do século XX, toda uma movimentação e organização por parte das organizações e entidades dos agricultores, não apenas por uma educação rural, mas por uma educação do campo. Estas lutas fazem parte do conjunto de iniciativas e ações contra a concentração da terra, do poder e do saber (Ibid, p.39).

Aqui percebemos que inicia-se uma organização dos agricultores não só em prol da educação no campo, mas também de luta pelos demais direitos de cidadão. Ainda conforme Queiroz (2011), no final da década de 1960 surgiram as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no estado do Espírito Santo trabalhando com o Ensino Fundamental e mais adiante, em 1976 passaram a ofertar o Ensino Médio.

O autor ainda complementa que o período da década de 1970 é um período de organização dos movimentos sociais e da luta pela democracia. No que

tange a educação, houve iniciativas de “[...] educação popular através da educação política, da alfabetização de jovens e adultos, da formação de lideranças sindicais, comunitárias e populares” (Ibid, p.40). Outro apoio massivo comprometido com esses movimentos e organizações dos trabalhadores urbanos e rurais foi o dos setores de algumas igrejas.

Em 1983, foi organizada e fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no ano posterior surgiu o Movimento Sem Terra (MST):

A CUT, representando o movimento sindical brasileiro que se opunha à prática sindical conservadora, contou desde a sua fundação com participação dos trabalhadores rurais. O MST se consolidou no Brasil como um movimento combativo e expressivo na luta pela reforma agrária e tem contribuído para uma reflexão e uma prática de educação do campo (QUEIROZ, 2011, p.42).

No que tange a educação, os debates promovidos por esses movimentos sociais contribuíram para que fosse instaurado conquistas dos trabalhadores na nova Constituição Federal do Brasil de 1988, dentre as tais vale evidenciar a proclamação da educação como um direito do cidadão e dever do Estado e da família promover o acesso a todos colaborando para o pleno desenvolvimento da pessoa tanto como cidadão quanto para sua qualificação profissional.

Ainda sobre a educação, ficou decretado na referida legislação a afirmação de sua gratuidade e obrigatoriedade de ofertar o ensino tanto no Ensino Fundamental como a extensão para o Ensino Médio bem como o plano nacional de educação (BRASIL, 1988). Essa legislação impulsionou a luta por direito da população rural em prol de um plano político educacional, pois contribuiu com aportes jurídicos para sustentar as reivindicações por seus direitos sociais e ficando a responsabilidade ao Estado em prover a educação para todos sem ser discriminado e nem discriminar

Tendo em vista a Proclamação da República em 1889:

Após a proclamação da República, em 1889, a organização escolar no Brasil sofreu influência da Filosofia positivista Francesa que teve como característica estimular e exaltar a industrialização moderna, sem nenhuma preocupação com as demais formas de organização da sociedade a exemplo dos que residem e produzem no campo (FERREIRA; BRANDÃO 2011, p. 5).

Dentro desta ótica, a influência positivista na organização escolar brasileira valoriza e estimula a industrialização, atribuindo uma importância aos

espaços urbanos e deixando de lado as singularidades da população rural. A educação para os trabalhadores, traz um projeto de educação tecnicista e para o fornecimento de mão de obra para as demandas do mercado de trabalho e de produção.

Conforme referencia de Caldart (2012) a lógica do modelo dominante de desenvolvimento não pensa em uma educação na perspectiva da educação do campo, mas em uma educação rural direcionada para novas demandas da agricultura capitalista, todavia que

os processos de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura, demandas que não necessitam de um sistema público de educação no campo. Porém, isso é confrontado pela pressão articulada que movimentos de trabalhadores camponeses continuam a fazer a partir de outras demandas e na direção de outro projeto (CALDART, 2012, p. 264).

Nesse sentido, a proposta de Educação do Campo foi se construído ao longo os processos históricos de lutas, para romper com o pensamento positivista de reprodução das desigualdades , quando as populações e os movimentos sociais vão as ruas em mobilização pela aprovação da constituição de 1988, com intensas manifestações da sociedade rural como, por exemplo, a luta do MST por uma educação que contemplasse de fato a realidade da população do campo.

O marco, dessas conquistas foi a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. Essas diretrizes estabelecem que a escola é apenas um dos espaços dos processos formativos, pois inclui também a vida familiar, a convivência humana, o trabalho e demais organizações da sociedade civil.

No que se refere a oferta de educação básica para a população rural, a nossa atual LDBEN nº9394/96 estabelece o seguinte:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Essa situação reflete um avanço significativo para a educação no campo, pois promove a elaboração de currículos e metodologia conforme as especificidades

da área rural, além de organizar uma escola própria, mas com um calendário escolar que esteja adequado as fases do ciclo agrícola. Outro ponto a ser elencado sobre essa legislação é a flexibilidade e autonomia para os gestores proporem políticas educacionais direcionadas aos povos do campo de acordo com os aspectos de sua realidade visando articular o ensino escolar e as práticas sociais (BREITENBACH, 2011).

No entanto, embora se configurasse como uma conquista significativa que propiciava construir um plano pedagógico tendo objetivos e finalidades condizentes com a realidade da zona rural, a LDB foi alvo de algumas críticas, pois não foi capaz de assegurar na prática a efetividade das garantias por ela priorizadas. É possível perceber, conforme LEITE (1999) que:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais. 2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral. 3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos (LEITE, 1999, p. 55-56).

Porém, vale salientar que essa organização da educação escolar no campo propiciou aos que tiveram seus direitos negligenciados a lutar por políticas educacionais específica para sua realidade no campo, além de terra, saúde, respeito, dignidade e valorização dos produtos produzidos pelos mesmos.

Conforme Caldart (2012):

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro (CALDART, 2012, p. 262).

Nesse tocante, a singularidade da Educação do Campo se apresenta nas suas práticas seguindo um projeto emancipatório e lutas contra hegemônicas

contribuindo para o desenvolvimento dos fatores sociais e humanos de crianças e adolescentes da zona rural. Assim, é de suma importância considerar as vivências e necessidades dos que moram no meio rural visando efetivar e garantir políticas públicas voltadas para a sua realidade.

Conforme Filho *et al* (2014), no período de 1996 a 2010 muitas conquistas em prol da educação do campo foram concretizadas, dentre elas a Resolução CNE/CEB nº1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008 as quais estabelecem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e o Decreto nº 7.352/2010 que determina a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002 institui as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Com base no art. 2º da referida Lei:

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal (BRASIL, 2002, p. 01).

Com base nesses parâmetros, as diretrizes da educação no campo seguem os princípios e procedimentos das Diretrizes Curriculares Nacionais tanto para a educação infantil como nas demais fases de ensino. Assim, o que caracteriza a identidade da escola do campo é a vinculação de questões condizentes à sua realidade levando em consideração o tempo e os saberes dos estudantes de modo a buscar um futuro com qualidade social de vida no país (BRASIL, 2002).

Devido as críticas dos movimentos sociais, que travam a lutam em prol dos direitos da população rural afirmarem que a educação no campo não condiz com a realidade do público a qual está destinada, foi sancionada uma nova resolução que complementa a primeira no que tange as diretrizes, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento direcionadas a educação no campo denominada de resolução nº2 de 28 de abril de 2008.

Para uma caracterização do que se trata a educação do campo, na resolução nº2/2008 determina em seu primeiro artigo o seguinte:



Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2008, p. 01).

A partir desse reconhecimento, vale salientar que a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 ainda complementa em seu inciso 1º do artigo acima citado que o planejamento e execução da educação do campo é sobre responsabilidade dos Entes Federados de modo a seguir o objetivo de universalizar o acesso, permanência e egresso do estudante do nível da Educação Básica (BRASIL, 2008).

Uma observação unilateral dessa resolução é o reconhecimento da legitimidade das lutas do MST no momento em que cita a Educação Básica como sendo um direito dos assentados e acampados da Reforma Agrária.

Em prosseguimento ao texto sancionado na referida legislação, em seu artigo 7º está determinado que deve ser oferecido um apoio pedagógico e uma infraestrutura adequada na Educação no Campo com a oferta de “[...] materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo [...]” (BRASIL, 2008, p.02).

Conforme, resultado de algumas pesquisas relacionada a educação no campo demonstram alguns desafios que crianças e jovens enfrentam para ter acesso ao conhecimento. Nos estudos constam que cerca de 70% dos alunos estão cursando séries incompatíveis com suas idades, a estrutura das escolas do campo “[...] normalmente são compostas de apenas uma sala de aula, tendo que se desenvolver um trabalho de sala multisseriada com mistura de idades e conteúdo (BARROS, 2014, p. 01)”. Bastantes presentes na zona rural do País, as classes multisseriadas estão presentes, sobretudo em áreas de difícil acesso, já que algumas escolas têm um número pequeno de matrículas e a mudança para outras escolas nem sempre é possível, por conta da distância. O que nos faz ressaltar que as classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

Outros desafios elencados pela autora estão relacionados a estrutura dos prédios sendo que muitos ainda são de taipa ou alvenaria com a iluminação e circulação de ar comprometida, além de matérias de apoio pedagógicos em falta e as distâncias quilométricas que as crianças e adolescentes vivenciam no dia-a-dia em busca de uma qualidade de vida, mas pondo em risco sua integridade física e emocional acrescida do cansaço com as longas caminhadas para chegar até a escola (BRASIL, 2014).

No que se refere a realidade produzida pela Educação do Campo, Caldart (2012) afirma que:

[...] não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e uma educação que seja *no* e *do* campo [...]. (CALDART, 2012, p. 259).

A autora ainda complementa que a Educação do Campo se configura como uma luta social pelo direito à educação dos camponeses. Assim a escola na zona rural “[...] tem uma importante função social, que é a de sistematizar os conhecimentos historicamente reconhecidos e socialmente validados para essas populações, respeitando-os nos seus saberes, conhecimentos [...]” (CARVALHO *et al*, 2015, p. 06).

Sendo assim, existem diversas dificuldades na efetivação da educação do campo no/ e do campo, pois é preciso que se fortalecer as ações de formação dos professores inicial e continuada, valorizar o espaço do campo como alternativas de aprendizagem, a escola no campo deve ser espaço que articula os saberes do campo com os demais saberes das ciências. As estruturas das escolas do campo devem ser organizadas para o atendimento das crianças e adolescentes com qualidade. E a educação promovida por essa escola tem que ser a que liberta e não a que oprime. Dito isto, e considerando a contextualização dos aspectos históricos da educação do campo, a seguir apresentaremos sobre a educação infantil no campo, elencando os pontos importantes desse nível de ensino no campo.

## 4 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO

Conforme definição no Dicionário Aurélio (2010, pág.109), a criança é um ser humano de pouca idade que detém de uma aptidão para aprender, ensinar e produzir conhecimentos. Para tanto podemos afirmar que a criança é um sujeito de direitos que a partir de suas vivências constrói conhecimentos e produz culturas.

Conforme Kramer (2003), a criança se caracteriza como um sujeito histórico que contribui no processo de construção do conhecimento humano, embora não seja protagonista na construção das políticas educacionais produzem cultura e potencializa a criação do conhecimento. Corroborando com essa afirmativa, Delgado e Muller pontuam que:

A identidade das crianças é também a identidade cultural, ou capacidade de constituírem culturas não totalmente redutíveis às culturas dos adultos. Todavia as crianças não produzem culturas num vazio social, assim como não têm completa autonomia no processo de socialização. Isso significa considerar que elas têm uma autonomia que é relativa, ou seja, as respostas e reações, os jogos sociodramáticos, as brincadeiras e as interpretações da realidade são também produtos das interações com adultos e crianças. (DELGADO E MULLER, 2005, p. 164).

Assim como toda criança, a criança do campo constrói sua identidade na relação com o espaço que vivencia junto aos adultos e crianças de seu grupo. Ela constrói hipóteses sobre sua vida, bem como sobre si mesma a partir de brincadeiras, fantasias e no compartilhamento de segredos e regras com outras crianças, formando laços de amizade (SILVA; PASUCH, 2012).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 determina que o acesso à Educação Infantil deve ser promovido pelos municípios com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados de forma gratuita e de qualidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente reitera o dever do Estado em promover a efetivação desse direito em seus artigos 53, 54 e 71.

No entanto, é importante salientar que estas crianças possuem rotinas e conhecimentos afetuosos, ambientais, políticas, sensoriais e sociais que diferem das que moram na zona urbana. Com isso, necessita que seja ofertada uma educação com fácil acesso as crianças e famílias do campo com um ensino de qualidade, onde a criança aprenderá de acordo com a sua vivência no campo. Segundo Silva (2010),

[...] que valorize suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, suas histórias e suas famílias, que respeite os tempos do campo, os modos de convivência, as produções locais. Uma educação infantil que permita que a criança conheça os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança, conta histórias, produz e prepara seus alimentos. Creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos. (SILVA; PASUCH, 2010, p. 02).

Essa proposta educacional busca apenas um ensino que leve em consideração as especificidades da realidade vivenciada pelas crianças e as famílias do campo. Para isso a escola deve levar em consideração as vivências e o modo de produção e assim passe a ideia de ser uma complementação da vida cotidiana das crianças e famílias.

A caracterização dessa Educação Infantil do Campo deve estar inserida na definição de Educação do Campo que luta por uma educação que seja no campo, “[...] uma educação que respeite o contexto rural e que leve para a população uma escola que realmente aproxime os sujeitos da realidade camponesa” (COPPE; KNOFF, 2016, p.461).

Desse modo em 2008 essas discussões ganharam mais proporção nos debates sobre a questão agrária desencadeando a criação do Grupo Interinstitucional de Educação Infantil com os representantes de instituições e movimentos sociais e sindicais que lutavam em prol da população rural. Anos depois, após várias discussões foi elaborado um documento contendo as Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo elaborado por Silva e Pasuch.

Em dezembro de 2009 foi aprovado as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil na Resolução CNE/CEB 16 nº5. A construção das propostas pedagógicas para a Educação Infantil do Campo deve estar pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e nas Diretrizes Operacionais e Complementares Nacionais da Educação do Campo sendo a Resolução CNE/CEB nº2/2008.

No artigo 8 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil consta as propostas pedagógicas para a educação das crianças do campo, sejam de família de agricultores, extrativistas, assentamentos, quilombolas ou ribeirinhos. Assim, tais propostas devem:

- Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; 9 Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade (BRASIL, 2010, p.24).

Essas propostas devem estar assinaladas no Projeto Político Pedagógico das escolas do campo para que os projetos dessas instituições sejam executados de modo flexível conforme as necessidades das crianças, mas que fique em sintonia com o cotidiano do campo.

Nesse texto, nota-se que há um reconhecimento quanto as diferentes infâncias do campo, para isso propõe para que as escolas criem condições pedagógicas e educativas que supere as visões de homogeneidade do campo, e trabalhar com “[...] as especificidades que se manifestam no plano das identificações e das reivindicações na vida cotidiana, que possam constituir redes de relações que reiterem e viabilizem as particularidades de cada lugar” (SILVA; PASUCH, 2012, p.10).

Para tanto, essa educação no campo precisa ser efetivada de modo que a criança consiga se auto reconhecer como sujeito integrante daquele espaço e identificar as especificidades do mundo em que vive para assim condicionar sua produção de conhecimento sociocultural e interações enriquecidas no processo de ensino-aprendizagem dentro da escola.

Partindo do entendimento que a educação infantil no campo trata-se de um direito das crianças da zona rural e responsabilidade do Estado em propiciar esse acesso, os pesquisadores, educadores, gestores a sociedade em geral e até mesmo os próprios estudantes devem criar debates para aprimorar a política educacional específica considerando a singularidade do campo para assim enriquecer a socialização de suas vivências na escola. Pois de acordo com SILVA; PASUCH, (2012),

A educação infantil do campo constrói as bases para a contraposição a um modelo de educação que simplesmente reproduz, nos territórios rurais, a cultura urbana dominante. Essa reprodução é dominação e a educação

deve ser projetada para a emancipação das crianças constituindo um lugar em que elas possam se reconhecer como sujeitos de direito, de desejos e de conhecimento (SILVA; PASUCH, 2012, p.04).

Através da educação infantil em conjunto com outras políticas públicas, impulsionam a promoção do desenvolvimento da comunidade, pois contribui para o surgimento de condições de vida para as famílias no campo e a efetivação dos direitos de cidadãos desta população.

Ainda sobre as Diretrizes Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o artigo 3º estabelece que:

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

§2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental (BRASIL, 2008, p.1).

Devido a área rural serem caracterizadas por longas distancias e muitas vezes de difícil acesso com estradas de terra e leitos de rios. Para tanto, considerando a longa distância que muitas crianças tinham que percorrer até chegar nas escolas foi instituído no artigo 54 do Eca a oferta do transporte escolar para os estudantes das áreas rurais. Atualmente existe dois programas voltados para o transporte de estudantes o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e o Programa Caminho da Escola financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Entretanto, mesmo com esses dois programas ativos muitas vezes as crianças ainda não conseguem frequentar a escola devido à falta de transporte.

Outro desafio que deve ser enfrentado para garantir a Educação Infantil no Campo como:

[...] à formação de professores, à infraestrutura das escolas (ou quase inexistência delas para atendimento a esta demanda social), ao transporte dos educandos e à elaboração de um material didático que reflita as especificidades de aprendizagem dos estudantes em áreas rurais. (ROCHA; GONÇALVES; SANTOS, 2011, P.29).

Tais, desafios foram elencados em 2010 no I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo que evidenciou a necessidade de melhorar as infraestruturas das escolas do campo levando em consideração as singularidades de cada região.

Um outro desafio para as políticas de Educação Infantil no campo é a permanência das crianças nas escolas, pois devido a distância para percorrermos de suas residências até a escola, muitas desistem. Assim, as políticas de Educação Infantil precisam propiciar a implementação de projetos pedagógicos que leve em consideração as especificidades de cada região para assim criar condições de modo para a permanência dessas crianças na escola. Para Spada (2016) as crianças, geralmente.

Convivem na sociedade e estão expostas às mesmas situações e aos mesmos condicionantes que os adultos. Entretanto, o impacto desses condicionantes históricos sobre suas vidas é muito mais amplo e mais fortemente sentido. Se voltarmos nosso olhar à história – e nesse caso vou me ater especificamente à história do Brasil, por razões claras – podemos identificar que existe uma relação de interdependência entre as transformações na macroestrutura social e as mudanças na infância (SPADA, 2016, p. 76).

Dessa forma, como menciona a autora as crianças são também sujeitos sociais nos processos históricos e contraditórios da nossa sociedade, e na prática sofre feito da desigualdade e das ausências das políticas públicas seja na cidade ou no campo. Assim, com essa compreensão que iremos apresentar as informações obtidas em pesquisa documental e de campo no município de Miracema na Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula no Assentamento Brejinho.

## 5 EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MIRACEMA

Buscando melhor compreensão sobre a Educação no Campo no município de Miracema do Tocantins, iniciaremos falando sobre a história de Miracema, onde segundo o IBGE (2017),

Começa com os garimpos que atraíam imigrantes para o Norte de Goiás, no início do século XX, passando pela exploração da cana-de-açúcar e a navegação fluvial. Em 1929 chegaram os primeiros habitantes, se fixando no local devido à beleza da paisagem. A região foi denominada Xerente e Bela Vista. Em 1948 o distrito foi desmembrado de Araguacema, com a denominação de Miracema do Norte.

Em 1988, com o desmembramento do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, foi escolhida para sediar a capital provisória do Estado, por ato do presidente da República. Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva. (IBGE, 2017).

Permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a Capital definitiva do Estado. O fato contribuiu para um novo impulso no desenvolvimento municipal.

Torna-se oportuno evidenciar que no ano de 2006 no sentido de contribuir com a elaboração da proposta pedagógica da Educação Básica do Campo que seria implementada no Estado do Tocantins, se reuniram no Município de Miracema profissionais da Educação Municipal e Estadual, para juntos discutirem sobre a proposta pedagógica curricular da Educação Básica para o Município de Miracema e Cidades vizinhas que fazem parte da Delegacia Regional de Miracema: (Miracema, Dois Irmãos, Barrolândia, Miranorte, Lizarda, Rio dos Bois, Rio Sono e Tocantínia), e DRE de Miracema.

No cenário educacional o município de Miracema do Tocantins conta com cinco escolas situadas no campo, que são elas: Escola Municipal de Educação do Campo Bartolomeu Fraga; Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula; Escola Municipal de Educação Integral Campo Verde; Escola Municipal de Educação do Campo Santa Marina e Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins.

É percebido que nas comunidades escolares existem muitos pais analfabetos. As escolas deveriam também ser um espaço para esses pais, promovendo atividades que tivesse como objetivo a demanda de alfabetização de



adultos, e outras ações pedagógicas. “A média é de quatro a sete filhos por família e a renda é até de um salário mínimo proveniente da agricultura de subsistência, lembrando também que a maioria faz parte do programa bolsa família”. (CENSO 2010)

A Base econômica do Município: pecuária e a agricultura de arroz, abacaxi, mandioca e milho. No que se refere a Festas Religiosas, temos: Festejo da Padroeira Santa Terezinha do Menino Jesus, Nossa Senhora da Conceição, Festejo de São Sebastião, Santo Antônio e do Divino Espírito Santo.

As Escolas Municipais de Educação do Campo do Município de Miracema objetivam “a formação integral do aluno, permitindo que eles construam seu próprio conhecimento, que pratiquem sua condição de sujeito do processo de ensino e aprendizagem” (PPP, Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula, 2018).

## 5.1 PROPOSTA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

A educação do campo se encontra associada a um Projeto de Vida social no campo estabelecido pelas pessoas que vivem da terra. Segundo Silva (2004),

A identidade da Educação do Campo definida pelos seus sujeitos sociais deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. (SILVA, 2004, pág. 11).

Observamos que o Plano Nacional de Educação – PNE defende que a Educação do Campo, esclarecendo que quem vive no campo possui o direito de estudar no lugar onde vivem, direito a uma educação de qualidade, respeitando sua cultura, identidade, histórico de vida, levando em consideração sua realidade e seus interesses. Arroyo, Caldart e Molina (2011) afirmam que,

A Educação do Campo é um conceito cunhado com preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito de uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa melhor ainda da sua realidade. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011, pág. 141).

Diante disso, a escola necessita construir uma proposta pedagógica que vá ao encontro da realidade vivenciada do campo, onde possa possibilitar a

construção de conhecimentos necessários que assegure a melhoria da qualidade de vida dos que vivem no campo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garante que os indivíduos devem ser educados e se tornarem cidadãos na vida em família, na escola, no trabalho e nas organizações sociais, por meio de sua cultura. Reconhece ainda, que o espaço escolar e extraescolares, são um espaço de aprendizagem para o exercício da cidadania. Desta forma, podemos perceber que a educação se encontra presente ao longo da vida de cada um dentro e fora da escola. Fato este que, isto significa um grande avanço para educação do campo no Brasil que, de acordo com a lei nº 9.394/96, artigo 28, segundo a LDB (1996, 1996, p. 17) “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão a adaptações necessárias à sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”.

Isso nos leva a analisar que a apropriação da realidade que procura articular para que haja organização, saúde, trabalho e desenvolvimento da Educação do Campo, ao serem inseridos nos Programas Curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos, certamente irão contribuir definitivamente para que a Escola do Campo exerça o seu papel por um ensino de qualidade e significativo para a vida no campo. Segundo Carneiro (2005),

Vida essa que precisa ser de qualidade, e essa só será construída se todos os agentes do campo, inclusive a escola, assumir a agricultura, o desenvolvimento, a cultura como eixo central das suas ações (CARNEIRO, 2005, pág. 18).

Dentro dessa ótica, pedagogicamente falando o desenvolvimento da habilidade de poder educar em se tratando da educação do campo, é admitir uma relação em que a desigualdade é evidente em todos os cantos do país mostrando uma população multicultural, com modos de vidas bem peculiares, deste modo, indicam uma educação estrategicamente característica. Portanto, é preciso perceber que há conhecimentos que são peculiares do campo. Fernandes (2005) enfatiza, “[...] é ir às raízes culturais do campo e trabalhá-las como uma herança coletiva que mobiliza e inspira lutas pela terra, pelos direitos, por um projeto democrático e também pede educação” (FERNANDES, 2005, p. 30).

Portanto, é preciso estabelecer na sociedade miracemense um compromisso educacional, no sentido de alcançar escolas que demandam olhares específicos e políticas públicas centradas no atendimento as escolas do campo.

É inviável olhar a escola do campo e distinguir um único problema. Em razão disso, os movimentos sociais têm reivindicado uma política nacional de educação do campo que busque a melhoria do atendimento educacional para todos que a procuram. É necessário também modificar a ideia de que a escola deixou de ser um espaço de transformação. Pois, continua sim, um espaço de transformação e necessita de possuir uma valorização muito maior do que é conhecida historicamente.

Sabemos que este não é um desafio somente do governo federal, e sim de todos os governantes envolvidos nesse processo. Pois quando consideramos a educação do campo com olhares de construção da cidadania por meio dos estados e dos municípios, conseguiremos perceber e analisar qual o papel desses na construção de uma escola do campo com qualidade e de um ensino e aprendizagem significativo para todos.

#### 5.1.1 Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula

A construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola surge da necessidade de planejar as intenções do que fazer e realizar vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos no projeto educativo da escola. Por isso definem-se bem as palavras: PROJETO – que significa ir adiante, caminhar para o futuro; POLÍTICO – por que deve estar comprometido com a formação do homem para um tipo de sociedade; PEDAGÓGICO – por que define as ações educativas necessárias ao alcance dos objetivos propostos. Dessa forma, a escola procura relativamente desenvolver a autonomia e a capacidade de delinear sua própria identidade como espaço público, lugar de debate, de diálogo fundado na reflexão coletiva, pois segundo Gadotti (1994 p.579), “Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”.

De acordo com essas concepções o Projeto Político Pedagógico é entendido como um processo de mudanças e de antecipação do futuro que visa criar

propostas de ações para melhorar e organizar as atividades desenvolvidas dentro da U.E, incluindo sua relação com o contexto social.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico, trata-se de um desafio importantíssimo que requer um espírito comum de esforços, imaginação e articulação que são necessários para que as ações sejam coerentes, consistentes com superação constante de limitações, dificuldades e realizações dos objetivos. O mesmo pressupõe a definição das intenções educativas a partir da visão de mundo, de sociedade e de homem, que constitui recurso significativo na consolidação da democratização da escola. Segundo Dourado (2003),

Partindo da premissa de que a democratização da escola e a existência democrática são instrumentos para a construção da cidadania, pode-se dizer que o projeto pedagógico é, por sua vez, um importante aliado na democratização mais ampla da sociedade. (DOURADO, 2003 p.163).

O Projeto Político Pedagógico torna-se o norte orientador das atividades curriculares e organização da escola traduzindo os compromissos institucionais relacionados ao direito sagrado nas leis, sem distinção de ingresso a educação escolar pública, gratuita e de qualidade. Pensar uma educação rural conforme o direito já estabelecido na Constituição Federal faz-se necessário uma política de educação rural que seja capaz de construir relações de igualdade, fundamentada na construção da proposta pedagógica e que a mesma leve em conta as necessidades das pessoas que residem no meio rural, levando em consideração a necessidade de inclusão da população camponesa à política educacional sócio-político-cultural que perceba a realidade e as necessidades da educação do campo a partir da sua realidade.

As escolas do campo de educação básica possuem características próprias da população do campo e as escolas na sua grande maioria são de pequeno porte e cerca de 70% dos estabelecimentos que ofertam Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental atendem até 50 alunos, sendo que 37% dos alunos da zona rural se encontram nessas escolas de pequeno porte.

Nesse sentido, pensar a educação do campo torna-se fundamental conhecer e entender a realidade vivenciada no fazer e no ser, integrando saberes e formando sujeitos participativos capazes de construir sua história. Para tanto, a educação de qualidade visa emancipação do sujeito. É a partir da concepção de

mundo, sociedade e educação que se procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que posteriormente o indivíduo vai utilizá-las no seu relacionamento com a sociedade. Assim a escola é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos, políticos e sociais.

Desta forma, a Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula trabalha com a Educação do Campo, baseada nas Diretrizes e propostas curriculares vigentes. A escola adota ainda, a grade curricular de Educação do Campo e o Calendário Escolar específico para a demanda, assim como, trabalha com a proposta inclusiva de educação especial atendendo aos alunos portadores de necessidades especiais com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Desenvolve atividades pedagógicas com os Programas: Mais Educação e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que objetivam melhorar o desempenho acadêmico dos alunos.

A Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula que tinha o nome de Escola Municipal Brejinho, foi fundada no ano de 2000 na Gestão do Prefeito Ernesto Rotta Giordani e do Secretário de Educação Gênes Francelino de Alencar, atendendo a 74 famílias. No ano em que foi fundada tinha apenas 25 alunos e funcionava somente do 1º ao 5º ano e tinha os professores Dário de Sousa Pinto, Deurivã Rodrigues Santana e a merendeira Luíza Carvalho. O 1º dia de aula ocorreu no dia 13 de março de 2000 em um barracão de palha aberto. Já no ano seguinte passou a trabalhar com turmas do 1º ao 7º ano, havendo o aumento do número de professores e tendo como Gestora Francimauro Soares Parrião Aguiar e Iracema Alves como Coordenadora Pedagógica. No ano 2002 passou a funcionar do 1º ao 9º ano e tinha como Diretora Iêda Suarte Passos..

Em agosto de 2006 a unidade escolar passou a funcionar numa estrutura moderna e passa a se chamar, Escola Municipal Boanerges Moreira de Paula em homenagem ao ex-prefeito Boanerges Moreira de Paula. A Inauguração aconteceu em 06 de agosto de 2006. E tinha como gestora Tatiane da Costa Barros. E de 2008 a 2014 teve como gestora professora Maria Arlete Neres de Barros Costa. Nos anos de 2015 e 2016 a Gestora era a Professora Ileana Alves Oliveira Santos.

Atualmente tem como gestor Dário de Sousa Pinto, professor de carreira do município graduado em Matemática e Educação Física que assumiu esta a partir de 2017, atende neste ano de 2018, a 111 alunos do pré-escolar, 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e conta com 08 veículos locados e um ônibus escolar que transportam alunos das Fazendas e Assentamentos próximos, até a escola.

No ano de 2013 a Escola Municipal Nossa Senhora da Guia II passou a ser anexo da escola Boanerges Moreira de Paula, atendendo 14 alunos, com duas (02) turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, multisseriado (1º e 2º ano / 3º, 4º e 5º ano) três professores, uma merendeira, uma ASG e três carros locados. Nº de docentes: pedagogia (01), cursando pedagogia (02). Selma Ribeiro Rodrigues de Sousa, Marlene da Silva e Eliane Castro Ribeiro. Porém no ano de 2014, por falta de estrutura física a Escola foi desativada e os professores e alunos passaram para a Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula.

Em 2008 foi implantado o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos “Alfasol”, depois Telesol, atendendo em média 15 alunos, deixando de funcionar dois anos depois. E no ano de 2009 foi implantado na escola o programa “direito de aprender” uma parceria entre a Diretoria Regional de Ensino com a Secretária Municipal de Educação, atendendo em média 15 alunos do Ensino Médio, porém funcionou apenas dois anos, deixando de funcionar em 2011, por falta de alunos, ambos funcionavam no período noturno. Já em 2018 voltou a funcionar o Ensino Médio Regular, com turmas de 1º, 2º e 3º ano sendo este uma parceria da Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins com a SEDUC-TO. Sendo o Ensino Médio uma Extensão do CEM Dona Filomena Moreira de Paula. Atualmente consta com 20 alunos.

No ano de 2014, através da Lei nº 379/2014 artigos 1º, do dia 17 de março, a Escola passou a se chamar Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula. O quantitativo de alunos está assim distribuído: Pré-Escolar: 10 alunos; 1º ano: 08 alunos; 2º ano 12 alunos; 3º ano 10 alunos; 4º ano 09 alunos; 5º ano 09 alunos; 6º ano 15 alunos; 7º ano 11 alunos; 8º ano 15 alunos e 9º ano 11 alunos.

A Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula, Localizada no Assentamento Brejinho-Zona Rural no Município de Miracema Tocantins, foi criada em 31/10/2006. Atende alunos do Pré-Escolar I e II ao 9º ano do Ensino Fundamental, funciona nos horários: matutino, vespertino, conta (15)

dependências sendo: 01 sala para secretaria, 01 sala para direção, 01 cantina, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 sala dos professores, banheiro de funcionários, Biblioteca, 01 sala de depósito, e 01 almoxarifado.

Número de docentes e área de formação: superior em Pedagogia (07), superior em História (02), Letras Português (01), Matemática (01), superior em vinte e sete (27) servidores e 09 (nove) carros locados que transportam alunos das fazendas próximas e assentamentos vizinhos.

A escola conta com 110 alunos entre de 03 (três) a 15 (quinze) anos nos períodos matutino e vespertino. A grande maioria é filho de agricultor que vive basicamente da agricultura sem salário fixo, outros trabalham em fazendas e recebem salário mensal. A maioria das famílias é beneficiária do programa bolsa – família. Há uma grande rotatividade por parte dos discentes, devido às famílias trabalharem em fazendas alheias e mudarem com muita frequência. Por este motivo o fluxo de transferências e matrículas é bastante intenso.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula foi criada em quatro de setembro de 2009, (04/09/2009) e tem por objetivo receber recursos do FNDE, que tem como finalidade auxiliar a gestão no que diz respeito a manutenção da escola. O recurso do PDDE (Dinheiro Direto na Escola) é repassado às unidades escolares uma vez por ano para investir na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. No ano de 2011 a Unidade de Ensino foi contemplada com recursos do PDE – INTERATIVO, após ser diagnosticada em situação crítica pelo FNDE, através dos dados informados pelo Censo Escolar. Este planejamento é o PDE (Plano Desenvolvimento da Escola), nele a escola realiza um planejamento com 50% do custeio, destinada a desenvolver ações voltadas para as disciplinas consideradas críticas.

O perfil da comunidade do Assentamento Brejinho, de acordo com o IBGE, consta com 71 famílias assentadas, se caracterizando na sua grande maioria na agricultora familiar. Possuem pequenas posses de terras adquiridas através da Reforma Agrária ou compradas dos posseiros. A renda familiar vem da comercialização das vendas de bovinos, suínos, aves, e parte do que plantam em suas terras.

Nesse sentido, o processo educativo desenvolvido no campo sempre teve um caráter de alinhamento e subordinação ao processo de produção

capitalista, o que desenraizava o homem de seu espaço. Onde os princípios educativos desenvolvidos na maioria das escolas rurais são baseados em padrões urbanos, e acabam por reproduzir a exclusão social e distanciar os sujeitos do campo de sua própria realidade. O que é bem verdade, é que a educação ao desagregar as populações rurais acaba por abrir espaço para o capitalismo invadir o campo.

Um fator bastante interessante que, mesmo sendo uma escola do campo que possui muitas dificuldades na aquisição do conhecimento, observa-se nas tabelas 1, 2 e 3 que são os resultados de aprovação, reprovação e abandono, o número de alunos matriculados nos últimos três anos, tem regredido, sendo que os números de alunos Retidos nesses anos não aumentaram e nem diminuíram.

Torna-se importante destacarmos também que o número de alunos transferidos entre os anos de 2015 e 2017 tem crescido, pois segundo a gestão escolar, muitas famílias estão mudando do Assentamento Brejinho para a cidade de Miracema.

**TABELA 1-RESULTADOS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO EM 2015**

Ano	Matric.	Aprov.	%	Ret.	%	Transf	%	Aband	%
2º	11	08	72,7	-	-	03	27,2	-	-
3º	18	16	88,8	-	-	02	11,1	-	-
4º	22	16	72,7	02	9	04	18,1	-	-
5º	19	17	89,4	-	-	01	5,26	-	-
<b>Total</b>	70	57		02	-	10	-	-	-
<b>%</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PPP DA ESCOLA MUL. DO CAMPO BOANERGENS MOREIRA DE PAULA

**TABELA 2 RESULTADOS DE APROVAÇÃO , REPROVAÇÃO E ABANDONO EM 2016**

Ano	Matric	Aprov.	%	Ret.	%	Transf.	%	Aband	%
<b>2º</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>80</b>	-	-	<b>03</b>		-	-
3º	10	08	80	01	-	01	10	-	-
4º	16	15	93,75	-	-	01	6,25	-	-
5º	14	12	85,71	01	7,14	01	7,14	-	-
<b>Total</b>	55	47		02		03	-	-	-
<b>%l</b>									

Fonte: PPP DA ESCOLA MUL. DO CAMPO BOANERGENS MOREIRA DE PAULA



**TABELA 3- TABELA 2 RESULTADOS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO EM 2017.**

Ano	Matric.	Aprov.	%	Ret.	%	Transf	%	Aband.	%
2º	10	09	90	-	-	01	10	-	--
3º	15	09	60	01	6,66	05	33,3	-	-
4º	11	08	72, 73	-	-	03	27,27	-	-
5º	17	14	82, 35	01	5,88	02	11,76	-	-
<b>Total</b>	53	40	-	02	-	11	-	-	-
<b>%</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PPP DA ESCOLA MUL. DO CAMPO BOANERGENS MOREIRA DE PAULA

Todavia, a Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula está inserida em um contexto local e concebe a educação como um processo permanente de aprendizagem em que o educando interaja na construção de conhecimentos e os saberes éticos, morais, intelectuais e sociais voltados para o desenvolvimento da criança. Onde certamente, haverá uma educação de qualidade, pautada nos princípios norteadores da ação educativa, tornando-se um espaço de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Na pesquisa documental tivemos acesso ao Projeto Político Pedagógico, que possibilitou o conhecimento acerca das propostas da escola.

No âmbito da pesquisa de campo, foram organizados questionários entregues a três (03) mães de crianças da Educação Infantil. De acordo com Vergara (2000) o questionário:

[...] caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito.

[...] O questionário pode ser aberto, pouco ou não estruturado, ou fechado, estruturado. No questionário aberto as respostas livres são dadas pelos respondentes; no fechado, o respondente faz escolhas, ou pondera, diante de alternativas apresentadas. (VERGARA, 2000, pág. 54)

O questionário entregue as mães das crianças da Educação infantil foi composto por questões abertas, onde estiveram falando sobre as dificuldades encontradas para que as crianças pudessem chegar até a escola, bem como, o lazer que a escola proporciona aos seus filhos e a metodologia de ensino para alunos do campo. A análise do questionário respondido pelas mães foi feito por meio descritivo para melhor conhecimento e interpretação da realização da coleta dos dados obtidos. Sendo que, de acordo com Gil (1999):

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já que a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 1999, PÁG. 168)

Em se tratando de conceito do que questionário para Lakatos e Marconi (1985) trata-se de um instrumento para recolher informações. É uma estratégia de investigação composta por questões apresentadas por escrito a pessoas, objetivando resultados satisfatórios para o enriquecimento do estudo.

O questionário permite que o pesquisador conheça algum objeto de estudo (OLIVEIRA, 2002). As perguntas podem ser classificadas em duas formas diferentes, que são elas: Simples, quando na qual a pergunta é direcionada para um determinado conhecimento que se quer saber ou abertos quando a resposta emite conceito abrangente. Podem conter perguntas abertas quando o interrogado responde com suas próprias palavras.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa qualitativa com a coleta de dados para identificar aspectos da realidade da escola contribuindo para a compreensão acerca da organização da prática pedagógica da Educação Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula localizada no município de Miracema, no Assentamento Brejinho, tendo por abordagem metodológica a pesquisa de campo de cunho interpretativa.

Em relação à estrutura física, a escola possui espaços de biblioteca para atender aos alunos e comunidade local, depósito para organização do material de expediente e de limpeza, sala para planejamento dos professores, sala de direção e secretária. A escola não está totalmente adaptada com a acessibilidade conforme prevê a LDB/9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu Artigo 58 e Artigo 60.

Figura 1 – Escola Mul. do Campo Boanerges Moreira de Paula



Fonte: PPP da escola

A organização da escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula é diferenciada das demais escolas municipais, em se tratando de número de alunos matriculados em sala de aula, formas de atendimento a família, estrutura

física do prédio escolar, metodologia de ensino em sala, período de funcionamento da escola que são: matutino, vespertino e noturno. Ressaltando que na Unidade Escolar funciona do Pré-escolar ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, extensão do Centro de Ensino Médio Santa Teresinha.

A Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula, busca diariamente a formação integral do aluno, permitindo que eles construam seu próprio conhecimento, que exercite sua condição de sujeito do processo de ensino aprendizagem. Para isso, a equipe escolar visa proporcionar um ambiente agradável, voltado para o sucesso na formação do cidadão.

Para melhor compreensão, dos passos seguidos durante os momentos de pesquisa e enriquecimentos dos dados necessários para a construção dessa monografia, houve a possibilidade de realizar registros fotográficos utilizados como instrumentos complementares no intuito de possibilitar não apenas a pesquisadora, mas também ao leitor, cenas observadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Com intuito de deixar claro os objetivos gerais e específicos, houve a possibilidade de organizar a pesquisa de campo tendo como finalidade registrar descritivamente as ações vivenciadas. Segundo Vergara (2000, p.47), pesquisa de campo é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Nas figuras 1 e 2 retratam o momento em que a pesquisadora conheceu uma turma de 18 alunos matriculados, e 14 alunos da Educação Infantil do Campo estavam presentes nesse dia, onde a acadêmica pode analisar o ensino e aprendizagem voltado para a realidade do campo.

Notou-se durante a visita de observação que o número de alunos é bastante pequeno, sala de aula espaçosa, com cartazes de suporte pedagógico fixados na parede. Observou-se que as crianças interagem umas com as outras, trocam idéias de como realizar as atividades quando uma das crianças sente maior dificuldade na realização das mesmas. Dos 14 alunos freqüentes da Educação Infantil do Campo, nenhum deles demonstrou indisciplina ou rejeição na realização das atividades. Demonstraram também bastante curiosidade e vontade de aprender. Participaram efetivamente de todos os momentos destinados ao ensino e aprendizagem.

Figura 2 – Sala de Educação Infantil do Campo



Fonte: Pesquisa de Campo – (Lucijane Ferreira/2018)

Figura 3 – Sala de Educação Infantil do Campo



Fonte: Pesquisa de Campo – (Lucijane Ferreira/2018)

A situação que nos chamou a atenção, durante a visita em sala de aula, diz respeito que ao entrar em sala, os alunos foram receptivos e participativos durante todas as atividades, apresentando bons resultados nos trabalhos em grupos

e individuais. Os temas trabalhados foram partes de gramática, leitura, escrita, interpretação textual os quais foram abordados com exposição no quadro branco, explicações e atividades relacionadas aos conteúdos planejados. Em síntese, a metodologia aplicada pela professora, trouxe resultados positivos na realização da tarefa dos alunos.

Em continuidade a visita a Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula, e tendo como finalidade entrevistar algumas mães das crianças matriculadas na Educação Infantil da escola do campo, onde foi possível conhecer um pouco da rotina vivenciada pelas entrevistadas. Para tanto, os pesquisados não foram identificados, responderam o questionário de forma individual sem o auxílio da pesquisadora.

Em resposta ao questionário aplicado, foi perguntado a mãe 1 sobre, quais os desafios e as principais dificuldades encontradas pelas crianças para chegarem até a escola? A mãe 1 (2018), respondeu que, “o deslocamento é de difícil acesso e o transporte não consegue trafegar devido as estradas estarem cheias de erosão”. No entanto a Mãe 2 (2018), foi respondeu que: “não tenho nenhuma dificuldade, pois moro próximo a escola”. Em se tratando da Mãe 3 (2018), essa explicou sobre as dificuldades que as crianças sentem quando são deslocadas. A mesma citou que:

Um das principais dificuldades encontradas pelas crianças é o deslocamento, devido saírem muito cedo de casa e chegarem tarde, cansadas e muitas vezes enjoadas, pois a rota que o transporte faz é muito grande. (Mãe 3, 2018).

De acordo com as falas das mães, percebemos que são muitas as situações encontradas pela família para que seus filhos possam chegar até a escola. Algumas situações foram citadas que o difícil acesso para trafegar se refere a erosão, outra situação que por se tratar de longas distancias entre sua residência e a escola, as crianças chegam cansadas. Mas o que nos chama a atenção é que nenhuma das mães destacou que o direito ao transporte escolar não está sendo adquirido pelas crianças que estão estudando na educação infantil do campo.

Em seguida, a pesquisadora perguntou as mães das crianças da Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula: A escola que seu filho (a) estuda oferta algum tipo de lazer? O que você pensa sobre a respeito de um espaço de lazer na escola? De acordo com a Mãe 1 (2018),

A escola ainda não possui nenhum tipo de lazer, mas deveria ofertar para que as crianças se sentissem mais atraídas e motivadas a frequentar a escola. (Mãe 1 (2018)).

A Mãe 2 (2018), citou que: “não tem, porém seria muito bom se tivesse. As crianças iriam gostar muito mais da escola”. No entanto em se tratando da Mãe 3 (2018), esta explicou que:

A escola não oferta, mas deveria ofertar, pois assim as crianças se sentiriam mais motivadas e seguras num espaço adequado para que elas pudessem brincar e aprender. (Mãe 3, 2018).

A valorização dos momentos de lazer nas escolas de Educação Infantil do Campo nos faz refletir sobre uma nova concepção de aprendizagem lúdica dentro das salas de aulas. E por esse motivo o brincar se torna uma atividade pedagógica de grande importância, sendo uma forma determinante no desenvolvimento infantil.

De forma sucinta, foi perguntado ainda às mães: Em relação ao desenvolvimento da aprendizagem de seu filho (a) como você avalia o ensino da escola? A Mãe 2 (2018), falou que: “o ensino da escola é de boa qualidade e as crianças tem um bom aprendizado”. Já a Mãe 2 (2018), nos fala que: “o desenvolvimento dos alunos é bom, o ensino da escola está bom”. Porém a Mãe 3 (2018), ressalta que “o ensino da escola é bom, meu filho desenvolveu muito bem o aprendizado, já conhece as letras e escreve seu próprio nome”.

Desta forma, a educação infantil do campo deverá ter qualidade e principalmente, cuidar das crianças em fase de desenvolvimento nesse tempo no ambiente escolar. Priorizando e preservando a importância da educação infantil, de modo que a legislação deve tê-la como uma prioridade na educação de um país.

Em continuidade ao questionário, perguntou-se as mães: O que você pensa a respeito da metodologia utilizada na escola, tem uma relação com a vida no campo? A Mãe 1 (2018), falou que “tem pouca relação com o campo”. Todavia, a Mãe 2 (2018), destaca que “não tem relação com a vida no campo, pois a grade curricular é a mesma utilizada na cidade”. Assim como a Mãe 3 (2018) explicou que: “Não tem nenhuma relação com o campo”.

Nesse sentido, é perceptível que as crianças da escola, são de origem vinculada ao campo, ou seja, são filhos de agricultores e tem um contato direto com o campo, ou então moram na zona rural. Segundo SILVA e PASUCH (2010),



Uma educação infantil que valorize suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, suas histórias e suas famílias, que respeite os tempos do campo, os modos de convivência, as produções locais. Uma educação infantil que permita que a criança conheça os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança, conta histórias, produz e prepara seus alimentos. Creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos (SILVA e PASUCH, 2010, p. 2).

A esse respeito, é evidente que não é possível pensar a educação infantil do campo sem trabalhar uma proposta pedagógica para as escolas do campo, que seja do/no campo e que leve em consideração a história de seu povo, sua cultura, seu modo de vida, e o tempo próprio do campo.

Evidenciando ainda a educação do campo, perguntou-se as mães: Você proporia algo diferente para a educação infantil no campo? A Mãe 1 (2018), falou que:

A educação infantil poderia ser um ambiente mais atrativo e acolhedor, pois meu filho diz que não quer ir mais a escola porque está cansado de ficar só escrevendo e vendo tv. (Mãe 1, 2018).

Contudo, a Mãe 2 (2018), comenta que “o espaço escolar deveria ser ampliado com uma área de lazer”. No entanto, a Mãe 3 (2018), nos fale que:

Proporia uma área de lazer para que as crianças se sintam mais atraídas e motivadas para freqüentar a escola. E o ensino deveria trabalhar os conteúdos relacionados ao campo e a cidade, para que desta forma nossos filhos tivessem um conhecimento mais amplo. Mãe 3 (2018).

Evidenciamos, neste relato, que a escola do campo tem como objetivo facilitar a vida de quem vive no campo, respeitando os ciclos produtivos e naturais. No entanto pela fala das mães das crianças da Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula, percebe-se claramente que a finalidade da Educação do Campo, está sendo distorcida no que diz respeito ao ensino e aprendizagem e seus objetivos. Onde, sabemos que uma das finalidades da Educação do Campo, é oferecer um ensino escolar específico associado à produção da vida, do conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar de forma que possa melhorar o processo de ensino e aprendizagem.



Na Educação Infantil no Campo, torna-se necessário levar em consideração a diversidade existente nos espaços rurais, contemplando desta forma, no currículo escolar as especificidades de cada local, bem como os saberes ali presentes. Segundo Silveira (2010),

A escola é o lugar institucional de um projeto educacional, ou seja, é uma instância social que serve de base mediadora e articuladora de outros dois projetos que têm relação com o agir humano, o projeto político da sociedade e os projetos pessoais dos sujeitos envolvidos na educação (SILVEIRA, 2010, pág. 54).

Desta forma podemos dizer que, a Educação Infantil do Campo, busca contribuir para se possa valorizar o social e o cultural, além de enfatizar os sujeitos e a sua trajetória social, tratadas como fonte de aprendizagem. Construindo sua autonomia em relação ao espaço em que vivem e, portanto, dando sentido a sua história de vida. A partir das análises que não foram profundas, tendo em vista os vários aspectos que as significativas que as falas das mães e o material documental traz, o tempo sendo um dos dificultadores de ser aprofundar mais no universo da pesquisa. Contudo, ficou evidenciado que o direito à educação infantil de qualidade ainda é negado no município de Miracema, tendo como base o recorte da escola do assentamento, desde da dificuldade de locomoção dos professores, transporte escolar, e as formações em educação do campo que não são ofertadas pelo o município.

Em síntese, ainda um percurso a ser caminhado por uma educação infantil do campo que promova como está na lei um desenvolvimento pleno e integral do ser, e Educação do campo NO/ e DO campo ainda apenas nos papéis oficiais.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de formação da Educação Infantil, vários foram os locais de “poder”, das crianças na sociedade, passando por muitos percursos até chegar aos dias atuais onde há leis que protegem e promovem a garantia dos seus direitos na sociedade. Nesta concepção, importa reafirmar o caráter histórico da realidade do processo da Educação Infantil.

Frente às leituras realizadas, a fim de compreender melhor sobre a educação infantil do campo, houve a possibilidade de compreender que a criança é um ser social, que nasce com disposições afetivas, emocionais e cognitivas. Tem necessidade de interagir com outras pessoas sendo capaz de aprender com elas, de forma a compreender e influenciar seu ambiente positivamente.

Hoje a educação infantil é vista como construtora das primeiras aprendizagens sociais e intelectuais do sujeito, que ocorrem por intermédio da troca de experiência. Na medida em que suas relações sociais vão se ampliando, as crianças sentem-se mais seguras para se expressar.

Podemos observar que no Brasil, as políticas educacionais ainda estão muito distantes de analisar e tratar a Educação Infantil do Campo com a seriedade que merecem. Entretanto, não se pode negar que no decorrer dos anos já houve algum avanço, nesse sentido. Porém, atualmente o grande desafio que precisamos enfrentar é o de exigir empenho cada vez maior por parte de nossos governantes, em relação às demandas que requer uma educação de qualidade inserida no meio rural, com políticas públicas planejadas que vá ao encontro da Educação infantil do Campo. De modo que possamos desenvolver adequadamente o ensino e aprendizagem de nossas crianças, contribuindo dessa forma, para que seus direitos sejam assegurados.

A partir da análise realizada no decorrer de todo o processo de estudo e estágio, observa-se que como uma política de Estado a ser construída, as referências presentes nas políticas educacionais, na legislação educacional e no PNE, a Educação do Campo não precisa restringir-se às dimensões curriculares e metodológicas, pois vai além para que o sujeito do campo possa manter a sua identidade.

Assim há de se considerar, que a Resolução CNE/CEB 1/2002 pode criar condições pertencentes aos sujeitos de direitos envolvidos no contexto educacional

do campo, ou seja, políticas específicas para a Educação do Campo, resultantes do processo de institucionalização de demandas coletivas, constituídas pela interação Estado e Sociedade, sociedade esta formada pelos os movimentos sociais organizados.

Conhecer o que realmente significa a Educação Infantil do Campo, e como as políticas públicas norteiam esse nível de ensino geraram um questionamento bastante significativo. Afinal, para que campo essa política pública está voltada? Quem são essas crianças do campo? Percebe-se que nas políticas públicas para a educação infantil do campo, sobressai uma compreensão bastante distorcida. Onde o campo é apenas um lugar aonde se planta, predominando uma perspectiva de entender o campo como sinônimo de atividades agrícolas.

Porém, a educação infantil do campo, além da formação humana, acontece em um contexto mais amplo, pois ela se articula com a perspectiva de que a formação do sujeito está atrelada a um projeto de vida. Visto que, reconhecer o sujeito como protagonista no seu processo de ensino e aprendizagem, tendo como embasamento o seu processo sociocultural atrelado às práticas pedagógicas, são aspectos essenciais para a formação humana. Segundo KRAMER, citada por ÁVILA (1997),

Tendo isso claro, outro ponto é preponderante: o fato de considerar-se a criança como um ser social, com uma história definida, com as relações sociais e culturais estabelecidas nesse contexto. Dessa forma, o currículo de pré-escola deve articular: 1) a realidade sócio-cultural da criança, considerando os conhecimentos que ela já tem; 2) seu desenvolvimento e as características próprias do momento em que está vivendo; 3) os conhecimentos do mundo físico e social. (ÁVILA, 1997, p.10).

Desta forma, por meio dessas práticas educativas, a educação do campo procura levar o sujeito a construir sua história através de experiências vividas ao longo dos anos, buscando a partir da valorização do homem do campo, reconhecendo-o como sujeito do campo com direitos a escolarização de qualidade.

Nesse sentido, pensar em educação do campo torna-se fundamental conhecer e entender a realidade vivenciada no fazer e no ser, integrando saberes e formando sujeitos participativos capazes de construir sua história. Logo, há necessidade de construção do projeto educativo da escola de forma coletiva, contextualizada e significativa, discutindo e construindo um currículo que atenda às demandas do presente e do futuro.

Entretanto, para que se possa construir o PPP de forma coletiva, a escola deve ter autonomia e se basear em um referencial que tenha uma teoria pedagógica compromissada em solucionar problemas educativos e de ensino. É preciso ir além de uma formação política dos profissionais da educação e que o chão da escola seja problematizado, construídos pelos seus sujeitos sociais, e não um espaço de continuidade da opressão desses sujeitos.

## REFERENCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das políticas de educação infantil no Brasil**. Beatriz de Oliveira Abuchaim. – Brasília : UNESCO, 2018.

ARROYO, Miguel G; CALDART Roseli S; MOLINA Monica C. **Por uma educação do campo**. (Orgs.). 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ÁVILA, Ivany Souza. Avaliação da qualidade do atendimento oferecido em creches e pré-escolas no Rio Grande do Sul. In: ÁVILA, Ivany Souza; XAVIER, Maria Luisa Menino (Orgs.) **Plano de atenção à infância: objetivos e metas na área pedagógica**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

BARROS, Jussara de. **Educação no campo**. Equipe Brasil escola. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/educacao-no-campo.htm>.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Estatuto da criança e do adolescente [recurso eletrônico] : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 14. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação ; n. 237) Versão PDF. “Atualizada até 15/4/2016”.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96**. MEC, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº2**. Estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. In: Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Educação do Campo: Marcos Normativos. 2008.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. De 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em: 07/08/2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Censo Demográfico**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/historico>. Acessado em 09/09/2018.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista espaço acadêmica**, n 121, junho de 2011.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude Rural: projeto e valores**, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

COPPE, Marta Regina; KNOFF, Jurema de Fátima. **Educação infantil do campo: um estudo no município de Chopinzinho/PR**. Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis, v1, n2. Jul/dez 2016.

DOURADO, Luís Fernandes. **A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola**. São Paulo: Papirus, 2003.

DELGADO, ANA Cristina Coll, MÜLLER Fernanda. **Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas**. Cadernos de pesquisa UFRGS, Rio Grande do Sul, 2005.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta**. **Revista eletrônica de educação**. N. 09, 2011, p.14. Disponível em: Acesso em: 11/08/ 2018.

FERREIRA. A. B. de H. **Dicionário Aurélio**. 5ª Ed.2010.

FILHO, José Antônio da Silva et al. **Breve relato histórico sobre educação no campo: Reflexos no município de Encanto-RN**. José Antônio da Silva Filho; Álisson Jarbas Leite da Silva. Maria Juciana dos Santos Oliveira; Prof. Dr. Cicero Nilton Moreira da Silva. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade\\_1datahora\\_24\\_09\\_2014\\_14\\_51\\_01\\_idinscrito\\_702\\_9a126717f9a3a9f8815229f3b3bc42e0.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_24_09_2014_14_51_01_idinscrito_702_9a126717f9a3a9f8815229f3b3bc42e0.pdf). Acesso em: 10/08/2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. In. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de. (Org.) Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5. Brasília, 2005.

GHIRALDELLI JR. P. **História da educação brasileira**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KRAMER, Sônia. **A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, Sônia. **Com a pré - escola nas mãos: uma alternativa curricular para educação infantil**. São Paulo: Ática, 1997.

LEITE FILHO, A. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, R. L.;

\_\_\_\_\_. (Orgs.). **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. **Processo histórico da educação no Brasil: educação ou assistência?**.2015. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479\\_9077.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17479_9077.pdf). Acesso em: 04/08/2018.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. REVISTA NERA – ANO 14, Nº. 18 – JANEIRO/JUNHO DE 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1347-3845-1-PB.pdf>. Acesso em: 10/08/2018.

ROCHA, E. N., GONÇALVES, J. W. S., SANTOS, T. M. D. (orgs.). **Educação Infantil do campo: semeando direitos, colhendo cidadania**. Brasília, DF: CONTAG, 2011.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**, 2004 (mimeo).

SILVA, Ana Paula Soares da. **Educação Infantil do campo/** Ana Paula Soares da Silva; Jaqueline Pasuch; Juliana Bezzon da Silva. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_; PASUCH, Jaqueline. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo.** Brasília, 2010.

SILVA, M. S. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história.** 2004. Disponível em: <[http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao\\_do\\_Campo\\_e\\_Developolvimento\\_Sustentavel .pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developolvimento_Sustentavel.pdf)>. Acesso em 04.08.2018.

SOUZA, Sandra Maria; ZÁTIA, Leon. **Avaliação escolar:** construção e perspectivas. In AEC.

SILVEIRA, P. D. **Comunidade versus escola:** a concepção dos alunos da escola pública. UFS, Sergipe, 2010.

Spada, Ana Corina Machado. **Tensões e contradições do processo de construção das diretrizes para a política pública de educação infantil do campo.** Orientadora Mônica Castagna Molina. – Brasília, 2016. 321p.

WAJSKOP, Gisela; ABRAMOWICZ, Anete. **Educação Infantil Creches: atividades para crianças de zero a seis anos.** São Paulo: Moderna, 1999. 2 ed.



**APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**APÊNDICE 3- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

## APÊNDICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE PEDAGOGIA  
GRUPO DE PESQUISA EDURURAL

---

Av. Lourdes Solino, s/nº Setor Universitário | 77650-000 | Miracema /TO  
(63)33668640 | www.uft.edu.br | layannal@uft.edu.br

---



Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa que tem por tema: Educação Infantil no Campo Um Direito da Criança na Infância : Avanços e retrocessos, que tem com a finalidade do uso da imagem dos alunos da educação infantil no campo, da pré-escola na Escola Municipal de Educação No Campo Boanerges Moreira de Paula no Brejinho Município de Miracema do Tocantins – TO, para melhor refletir acerca dos avanços e retrocessos no ensino e das dificuldades no processo de planejamento e de atuação dos professores nas atividades pedagógicas entorno das discussões do ensino na Educação Infantil no Campo. Esta pesquisa será desenvolvida pela acadêmica **Lucijane Ferreira da Silva**, sob orientação da Professora **Drª Layanna Giordana Bernardo Lima**. Neste sentido, poderemos oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente através dos telefones (63) 98466- 0920 e 984540808.

Neste trabalho será utilizada o uso da imagem dos alunos da pré-escola e será utilizado roteiro de perguntas semi estruturado como instrumento de pesquisa, para o melhor aprimoramento dos dados e fidelidade. Desta forma, os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos (as) participantes sob nenhuma hipótese, em nem uma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. Assim, a pesquisadora/Acadêmica Lucijane Ferreira da Silva, se compromete a elucidar devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento desta pesquisa.

A participação nessa pesquisa não oferece risco ou dano a imagem dos participantes. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda liberdade de o fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.



Professor Orientador

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Roteiro de Entrevista referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Federal do Tocantins, Curso de Licenciatura em Pedagogia, com o Tema: Educação Infantil no Campo um Direito da Criança na Infância: Avanços e retrocessos, município de MIRACEMA DO TOCANTINS – TO, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Layanna Giordana Bernardo Lima.**

Questões:

1. Quais os desafios e as principais dificuldades encontradas pelas crianças para chegarem até a escola?
2. A escola que seu filho (a) estuda oferta algum tipo de lazer? O que você pensa sobre a respeito de um espaço de lazer na escola?
3. Em relação ao desenvolvimento da aprendizagem de seu filho (a) como você avalia o ensino da escola?
4. O que você pensa a respeito da metodologia utilizada na escola tem uma relação com a vida no campo?
5. Você proporia algo diferente para a educação infantil no campo?

### APÊNDICE 3- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
 CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
 CURSO DE PEDAGOGIA  
 GRUPO DE PESQUISA EDURURAL

Av. Lourdes Solino, s/nº Setor Universitário | 77650-000 | Miracema /TO  
 (63)33668640 | www.uft.edu.br | layanna@uft.edu.br



Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa que tem por tema: **Educação Infantil No Campo Um Direito Da Criança Na Infância : Avanços e retrocessos no município de Miracema** que tem com a finalidade entrevistar pais de alunos da educação da educação infantil no campo, da pré-escola na Escola Municipal de Educação No Campo Boanerges Moreira De Paula no PA Brejinho Município de Miracema do Tocantins – TO, para melhor refletir acerca dos avanços e retrocessos no ensino e das dificuldades no processo de planejamento e de atuação dos professores nas atividades pedagógicas entorno das discussões do ensino na Educação Infantil no Campo. Esta pesquisa será desenvolvida pela acadêmica Lucijane Ferreira Da Silva, sob orientação da Professora **Drª Layanna Giordana Bernardo Lima**. Neste sentido, poderemos oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente através dos telefones (63) 98466- 0920 e 984540808.

Neste trabalho será realizada uma entrevista com pais de alunos da pré-escola e serão utilizada apenas como instrumento de pesquisa, para o melhor aprimoramento dos dados e fidelidade a entrevista será gravada. Desta forma, os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos (as) participantes sob nenhuma hipótese, em nem uma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. Assim, a pesquisadora/Acadêmica **Lucijane Ferreira Da Silva**, se compromete a elucidar devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento desta pesquisa.

A participação nessa pesquisa não oferece risco ou dano a imagem dos participantes. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo .

Dessa forma, declaro estar ciente das informações constantes neste **‘termo de consentimento Livre e Esclarecido’** entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do Estudo sem que isso me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta pesquisa; que foi devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa a cima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a

dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito que a referida entrevista seja utilizada para referida pesquisa, que será ouvida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico direitos autorais meus e de meus descendentes subscrevendo o presente termo". Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos dessa pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas eu \_\_\_\_\_ concordo participar desta pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Entrevistado/ Sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Acadêmica

\_\_\_\_\_  
Professor Orientador

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Miracema do Tocantins – To  
2018